



## Em artigo, pesquisadora fala sobre vulnerabilização de sujeitos na produção de conhecimento

Publicada em 08/04/2020



Em meio à polêmica da possibilidade de testar vacinas contra o coronavírus em África, jogadores de futebol, cientistas, músicos e outros africanos influentes posicionaram-se abertamente, na mídia, contra a iniciativa, o que chamou a atenção internacional para uma antiga prática. A pesquisadora da ENSP, Roberta Gondim, em artigo publicado na revista [Ciência & Saúde Coletiva](#), aborda a questão do lugar no qual populações e territórios ocupam nos investimentos e práticas de saúde, no que se refere a doenças negligenciadas, bem como à vulnerabilização de sujeitos na produção do conhecimento. Ela aponta, no artigo, que, “fundamentada na matriz de acumulação de capital transnacional, a globalização assume diversas faces, tendo, nas desigualdades sociais e de saúde, um de seus mais perversos matizes”.

Sobre a recente polêmica, a pesquisadora nos convida a pensar acerca de quais corpos se mantêm, em parte do imaginário social, político e científico, como passíveis de serem manuseados e objetificados em estágios de experimentações em variados sentidos. “Destituídos de um mesmo valor, e assimetricamente colocados nos termos de raça, “são os corpos negros, sobre os quais é negado o estatuto de sujeito, pois que entendidos como ‘não ser’”, como nos propõe pensar o filósofo, psiquiatra e ensaísta marxista francês, Frantz Fanon”, recomenda Roberta.

No artigo, escrito em 2018 e intitulado [Sentidos das doenças negligenciadas na agenda da Saúde Global: o lugar de populações e territórios](#), ela observa que “o antigo projeto da colonização assume, na contemporaneidade, uma roupagem atualizada, nos termos da colonialidade, pois preserva e carrega elementos coloniais classificatórios do mundo, atualizando-os na dinâmica histórica”, alertando ainda que a noção de negligência tem que ser assumida, não apenas em termos de doenças

mas também de pessoas e seus corpos. Segundo a pesquisadora, na perspectiva das doenças negligenciadas, “reconhecer a verdadeira dimensão da negligência deve pressupor questionar criticamente racionalidades que informam modos de operar políticas que, a despeito de indiscutíveis avanços em termos de saúde pública, mantêm regras e contornos nos marcos da subalternidade e da dependência”.

Baseada em dados do Observatório da Saúde Global, da Organização Mundial da Saúde (GHO/WHO – na sigla em inglês), no texto, Roberta aponta que “em países do continente africano, há o mais baixo percentual de gasto em saúde, sendo que considerável parte das ações é financiada por doadores externos, que pautam diretrizes e prioridades, conformando as agendas nacionais”. Ela ressalta ainda que, mesmo o debate sobre negligência de doenças tendo sido incluído positivamente, “argumenta-se a favor de uma agenda da Saúde Global que assuma e evoque, com mais vigor teórico e metodológico, a dimensão da negligência de corpos e populações, aprofundando o debate com as matrizes biomédica e político-econômica”.

No texto, a pesquisadora destaca que cerca de 90% da carga de doenças no mundo está concentrada em países pobres, que dispõem não mais que 10% dos recursos globais de saúde. “Uma média de 20% da população mundial não tem acesso a sistemas e serviços de saúde, incluindo medicamentos essenciais. A cobertura mundial de serviços básicos de saneamento é de 64%, cobrindo por volta de um terço da população mundial, ou seja, em torno de 2.500 milhões de seres humanos destituídos dos mais básicos serviços em pleno Século XXI.”

“A designação e localização das doenças negligenciadas em determinados territórios e populações guarda relação histórica com algumas dinâmicas, como as de natureza colonial e capitalista. Informam linhas de continuidades na racionalidade de políticas e ações, operadas na assimetria entre povos, instituições e nações”, indica Roberta.

O artigo, na íntegra, pode ser lido [on-line na Revista Ciência & Saúde Coletiva](#), na base Scielo.